

## USOS DO TERMO “DOUTOR” NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOB ÓTICA DE TEORIAS DO DISCURSO

Rosana Ferreira Alves (UESB)  
[rfalves@uesb.edu.br](mailto:rfalves@uesb.edu.br)

### RESUMO

Este artigo constitui uma análise dos usos do termo “doutor” no Brasil. Verifica-se que esse termo passou por uma evolução semântica, partindo do latim *doctor*, que significava mestre e professor, até seu uso atual, tanto em contextos acadêmicos quanto em outros contextos sociais. Sob a ótica interacionista de Bakhtin (1995; 1997), o uso do termo é dialógico, variando conforme o contexto social e as interações. O termo ‘doutor’ não tem um significado fixo, mas adquire múltiplos sentidos de acordo com a situação e as intenções do falante, podendo indicar prestígio, deferência, autoridade ou ironia. Entretanto para Michel Pêcheux (1988; 2000), o termo reflete formações ideológicas e discursivas nas quais os sentidos são construídos por relações de poder e interpelação ideológica. Considerando-se esse filósofo, o uso de ‘doutor’ no Brasil está enraizado em condições históricas e sociais específicas, servindo como marcador de *status* e de relações de poder. Enquanto, com base em Pêcheux (1988, 2000), foca-se na ideologia e nas relações de poder que moldam o uso do termo, conforme Bakhtin destaca-se a interação social e a negociação de significados, considerando o termo um fenômeno dialógico que varia conforme as diferentes vozes sociais. Tendo em vista Foucault (1980), podem-se entender os usos do termo “doutor” como um item de legitimação do saber técnico, ligado ao exercício de poder. Assim, o termo “doutor” no Brasil encapsula uma complexa rede de significados em nuances semânticas, abrangendo também questões ideológicas, culturais e sociais.

### Palavras-chave:

Evolução semântica. Legitimação do saber. Relações de poder.

### ABSTRACT

This article is an analysis of the uses of the term “doctor” in Brazil. It is clear that this term has undergone a semantic evolution, from the Latin *doctor*, which meant master and professor, to its current use, both in academic and social contexts. From Bakhtin (1995; 1997) interactionist perspective, the use of the term is dialogic, varying according to the social context and interactions. The term “doctor” does not have a fixed meaning, but acquires multiple meanings according to the situation and the speaker’s intentions, and may indicate prestige, deference, authority or irony. However, for Michel Pêcheux (1988), the term reflects ideological discursive formations, in which meanings are constructed by power relations and ideological interpellation. Considering this philosopher, the use of “doctor” in Brazil is rooted in specific historical and social conditions, serving as a marker of status and power relations. While, based on Pêcheux (1988; 2000), the focus is on the ideology and power relations that shape the use of the term, according to Bakhtin, the emphasis is on social interaction and the negotiation of meanings, considering the term a dialogical phenomenon that varies according to the different social voices. Considering Foucault, the uses of the term

‘doctor’ can be understood as a tool for legitimizing technical knowledge, linked to the exercise of power. Thus, the term “doctor” in Brazil encapsulates a complex network of meanings in semantic nuances, also encompassing ideological, cultural and social issues.

**Keywords:**

**Power relations. Semantic evolution. Legitimation of knowledge.**

## **1. Introdução**

No contexto brasileiro, o uso do título “doutor” adquiriu contornos singulares que extrapolam sua origem acadêmica e científica. Diferentemente de países em que o título é reservado a indivíduos que concluíram o mais alto grau da formação universitária, no Brasil, “doutor” tornou-se um vocativo generosamente distribuído – sobretudo em ambientes jurídicos e médicos – muitas vezes desvinculado de qualquer titulação formal. Tal fenômeno revela mais do que uma mera convenção social: trata-se de um marcador simbólico de *status*, prestígio e autoridade, cuja concessão independe, por vezes, de rigor acadêmico. A recorrência desse tratamento honorífico, ainda que juridicamente dispensável, parece atender a um pacto não escrito de distinção hierárquica, como se o uso do título pudesse, por si só, conferir um verniz de competência ou elevar o interlocutor a uma esfera superior do saber – mesmo que este jamais tenha enfrentado os rigores de uma defesa de doutorado.

Considerando a proposta desse artigo, é oportuna uma breve síntese de teorias do discurso. O campo da análise do discurso se consolidou ao longo do século XX como uma área interdisciplinar voltada à compreensão da linguagem em uso. Assim, a análise do discurso, enquanto campo de estudo da linguagem, apresenta diferentes vertentes teóricas que emergem de contextos históricos, epistemológicos e metodológicos diversos. Dentre as principais, destacam-se o dialogismo de Bakhtin, a Análise do Discurso de linha francesa, a arqueogenealogia de Foucault, a Análise Crítica do Discurso (ACD) de base anglófona, o interacionismo sociológico de Goffman e a pragmática linguística, representada por Grice.

A teoria dialogista do discurso foi desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin e se consolidou entre as décadas de 1920 e 1940 na União Soviética. Para Bakhtin, o discurso é essencialmente interativo e polifônico, ou seja, sempre dialoga com outros discursos, mesmo quando não explicitamente (Bakhtin, 1995; 1997). A linguagem é concebida como um fe-

nômeno social, atravessado por ideologias e por vozes diversas, o que introduz a noção de heterogeneidade enunciativa. Nesse modelo, o enunciado é inseparável do contexto social em que se realiza e dos sujeitos que o produzem.

Na França, nos anos 1960 e 1970, Michel Pêcheux desenvolveu a Análise do Discurso de linha francesa (AD), ancorada no materialismo histórico e na psicanálise lacaniana. O discurso, nessa perspectiva, é um efeito ideológico de sentidos, marcado pela relação entre língua, sujeito e história (Pêcheux, 1990; 1988). O sujeito não é transparente, mas sim atravessado por formações ideológicas, o que implica que os sentidos não são fixos, mas produzidos e regulados socialmente. A memória discursiva e a interdiscursividade são centrais para essa abordagem, assim como a ideia de que há sempre algo não dito sustentando o que é dito.

Contemporaneamente a Pêcheux, Michel Foucault propôs, a partir da década de 1960, uma arqueogenealogia dos saberes, desenvolvendo uma abordagem teórica que entende o discurso como uma prática social que regula e constitui saberes, sujeitos e instituições (Foucault, 1996; 1985). Em *A arqueologia do saber*, Foucault se distancia de abordagens hermenêuticas e propõe que o discurso seja analisado enquanto um conjunto de regras que definem o que pode ser dito em determinada época. Posteriormente, com sua genealogia do poder, ele amplia o foco para as práticas discursivas em articulação com as relações de poder (Foucault, 1980), evidenciando os mecanismos de controle e exclusão dos discursos legítimos.

Todavia, nos países de língua inglesa, principalmente a partir da década de 1980, surge a Análise Crítica do Discurso (ACD), representada por autores como Norman Fairclough e Teun van Dijk. Essa vertente busca compreender como o discurso reproduz ou contesta as relações de poder e dominação social (Fairclough, 2001; Van Dijk, 2008). A linguagem é vista como forma de ação social, e o discurso é investigado em sua interface com estruturas sociais, ideologias e práticas institucionais. A interdisciplinaridade é um traço forte da ACD, que mobiliza categorias da linguística, sociologia, ciência política e teoria crítica.

Por sua vez, a perspectiva interacionista, proposta por Erving Goffman, parte da sociologia e se volta para os aspectos performativos da linguagem no cotidiano. Para o autor, o discurso está ligado à gestão da imagem de si nas interações face a face, sendo a linguagem um instrumento para negociar papéis sociais, identidades e expectativas (Goffman,

2008). Essa linha é fortemente influenciada pela etnometodologia e pelos estudos do comportamento simbólico.

Por fim, a pragmática linguística, com destaque para os estudos de H. Paul Grice, introduz uma abordagem filosófica da linguagem cotidiana, especialmente no que se refere às inferências, intenções e contextos de uso. Grice propõe o princípio da cooperação e as máximas conversacionais como fundamentos das interações linguísticas bem-sucedidas, explicando como os interlocutores derivam sentidos implícitos a partir do que é dito (Grice, 1975).

Cada vertente, portanto, contribui com uma lente distinta para a análise do discurso, ora enfatizando a historicidade e a ideologia (como em Pêcheux e Foucault), ora destacando a interação social e a pragmática do cotidiano (como em Goffman e Grice), ou ainda abordando criticamente as dinâmicas de poder (como em Fairclough e van Dijk). Todas essas abordagens compartilham o entendimento de que o discurso não é apenas linguagem, mas sim uma prática profundamente enraizada nas estruturas sociais, nas ideologias e nas relações entre os sujeitos.

Em síntese, essas teorias revelam o caráter multifacetado do discurso, ora como reflexo das estruturas ideológicas, ora como ação comunicativa situada, ora como construção de saberes e subjetividades. Cada abordagem contribui para ampliar nossa compreensão da linguagem como prática social. Portanto, a análise do discurso é um campo interdisciplinar dos estudos da linguagem que se desenvolveu a partir de diferentes tradições teóricas, cada qual marcada por concepções específicas sobre linguagem, sujeito, sociedade e ideologia. Desde a década de 1960, diversas vertentes emergiram e se consolidaram, como a Análise do Discurso de linha francesa, a Análise Crítica do Discurso de matriz anglo-saxã e a vertente de natureza sociocognitiva, entre outras. Cada uma dessas correntes apresenta seus próprios fundamentos teóricos, métodos de análise e objetivos.

## **2. Usos do termo “doutor” no Brasil**

Do ponto de vista filológico, a análise do termo “doutor” envolve o estudo da origem, evolução e transformação semântica da palavra ao longo da história e em diferentes contextos linguísticos e culturais. O termo “doutor” tem origem no latim “doctor”, derivado de *docere*, que significa “ensinar”. Originalmente, o termo se referia a alguém com o

papel de mestre ou professor, uma pessoa dotada de grande conhecimento. Na Idade Média, o termo foi formalizado em títulos acadêmicos, especialmente nas universidades europeias, indicando aqueles que haviam alcançado o mais alto grau de erudição em um determinado campo do saber.

O referido termo, conforme apresentado por Reichmann e Vasconcelos (2009), tem origem no latim *doctor, -oris*, que significa “preceptor” ou “mestre”. Sua formação etimológica inclui dois elementos: o sufixo “-or”, característico de nomes que denotam profissões, e a raiz *doct-*, derivada do particípio perfeito de *docere* (“instruir, ensinar”). Dessa raiz derivam também o adjetivo *doctus* (culto) e o substantivo *doctrina* (conjunto sistemático de conhecimentos). Além da etimologia, o vocábulo “doutor” sempre esteve relacionado às atividades intelectuais, usado para designar aqueles que ensinavam e transmitiam conhecimento, como gramática, retórica e filosofia. Cícero e Agostinho, entre outros autores clássicos e tardios, utilizavam o termo nessa acepção. De acordo com as autoras, “doutor” contrastava com aqueles que se ocupavam das artes *il-liberales, sordidae*, ou *serviles*, associadas a atividades mais práticas e manuais, vistas como inferiores (Reichmann; Vasconcelos, 2009, p. 148).

Assim sendo, o item lexical ‘doutor’ para designar pessoas que completaram estudos avançados em uma disciplina acadêmica foi consolidado no período medieval, com o surgimento das primeiras universidades europeias. A obtenção do título de “doutor” conferia não apenas autoridade no ensino, mas também o direito de julgar e discutir questões do conhecimento. Esse sentido perdura até hoje, quando se refere a quem concluiu um doutorado.

Com o passar do tempo, o uso do item “doutor” expandiu-se para além do campo estritamente acadêmico, dessa forma se pluralizando e se popularizando. Em países como o Brasil, por exemplo, o termo começou a ser utilizado de maneira honorífica, designando não apenas aqueles que possuem o título acadêmico formal, mas também profissionais de áreas específicas, como médicos e advogados. Nesse caso, há uma ampliação semântica da palavra, associando “doutor” à expertise e ao *status* social, mesmo sem a presença de um doutorado acadêmico formal.

Na filologia, o estudo das palavras observa não apenas sua evolução formal e fonética, mas também a multiplicidade de significados que elas adquirem ao longo do tempo e em diferentes comunidades de fala. O termo ‘doutor’ é um exemplo claro dessa polissemia. Dependendo do

contexto, ‘doutor’ pode: (i) referir-se a um grau acadêmico formal; (ii) ser um título de cortesia para profissionais (especialmente médicos e advogados); (iii) ser usado informalmente como um sinal de respeito ou ironia em interações sociais. Assim, em uma perspectiva diacrônica, essa variação de significados é resultado de processos históricos, culturais e linguísticos que moldaram o uso da palavra em diferentes sociedades. O uso do vocábulo ‘doutor’ como forma de tratamento respeitoso ou reverencial em contextos sociais no Brasil é um fenômeno interessante do ponto de vista filológico e sociolinguístico. Embora em muitos países o termo seja reservado exclusivamente para aqueles com um doutorado formal, no Brasil ele se popularizou como uma forma de se dirigir a pessoas de prestígio ou autoridade, muitas vezes desconectado da titulação acadêmica. Esse fenômeno pode ser interpretado como uma extensão semântica do termo, associada a uma cultura de hierarquias sociais. Assim, na análise filológica, a mudança de sentido do termo “doutor” pode ser interpretada como um exemplo de mudança semântica baseada no uso pragmático da língua. Ou seja, a palavra, ao longo dos séculos, adaptou-se às necessidades comunicativas dos falantes, ampliando seu sentido para abranger tanto usos formais quanto informais, refletindo dinâmicas sociais de poder e respeito.

Nesse sentido, o item lexical “doutor”, ao longo da história da língua portuguesa e particularmente no Brasil, passou por um processo de mudança semântica significativa. Originalmente associado a um grau acadêmico específico, o uso do termo se ampliou para abarcar significados diversos, tanto em contextos formais quanto informais. A seguir, analisa-se essa evolução com base na semântica histórica e nas práticas sociais contemporâneas no Brasil. Na sua acepção mais estrita e histórica, o item lexical “doutor” vem do latim *doctor*, que significa “aquele que ensina”, derivado de *docere* (ensinar).

Durante a Idade Média, o título de “doutor” foi formalizado para designar aqueles que completavam o mais alto grau acadêmico nas universidades europeias. Esse sentido ainda se preserva nas universidades brasileiras, em que ‘doutor’ designa o grau acadêmico conferido após a conclusão de um curso de doutorado. De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, ‘doutor’ é definido como “aquele que completou o curso de doutorado, em qualquer área do conhecimento” (Houaiss, 2001, p. 843).

No Brasil, o termo “doutor” foi ampliado em seu significado, sendo aplicado a figuras de autoridade e prestígio, como médicos, advoga-

dos, juízes e políticos, mesmo que essas pessoas não possuam necessariamente um título acadêmico de doutorado. Esse fenômeno reflete uma mudança semântica que transcende a função acadêmica original e passa a designar prestígio social e hierárquico. O uso do termo ‘doutor’ no Brasil também é notável em situações de tratamento respeitoso ou como um marcador de hierarquia social.

É comum ouvir “doutor” sendo usado em interações cotidianas, muitas vezes sem qualquer conexão com o campo acadêmico ou profissional. Em alguns casos, o termo é utilizado para demonstrar deferência e respeito, especialmente em interações que envolvem desigualdade social ou econômica. Outra camada semântica do termo “doutor” no Brasil é o uso irônico ou pejorativo. Em contextos específicos, “doutor” pode ser utilizado para ironizar a pretensão de autoridade ou conhecimento de alguém. Esse uso carrega uma carga semântica depreciativa, geralmente sugerindo que o interlocutor, embora tratado como “doutor”, não é digno do título ou está exagerando sua importância.

### **3. Usos do Termo “Doutor” no Brasil: considerações sob a ótica de vertentes da Análise do Discurso**

A comparação entre Michel Pêcheux, Michel Foucault e Mikhail Bakhtin revela três abordagens distintas, mas complementares, para o estudo da linguagem, do discurso e do poder. Embora todos compartilhem o interesse em como a linguagem é usada em contextos sociais e históricos, cada um traz uma perspectiva única sobre os modos pelos quais o discurso opera e molda o mundo.

Pêcheux (1988, 2000) é conhecido por sua contribuição à Análise do Discurso, fundamentada em influências marxistas e estruturalistas, particularmente inspiradas por Louis Althusser. Ele apresenta foco no modo como os sujeitos são interpelados pela ideologia através do discurso e nas condições de produção do sentido. Em se tratando de discurso e poder, para Pêcheux (1988), o discurso é produzido dentro de formações discursivas que são determinadas pela ideologia. O sujeito não é autônomo na produção de sentido, mas é interpelado por essas formações, que condicionam o que ele pode dizer e como ele é interpretado. O sentido é, portanto, construído a partir da posição ideológica do sujeito. Assim, nos termos de Pêcheux, as palavras, expressões, proposições... “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam,

assim, elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas” (Pêcheux, 1988, p. 160).

Para Foucault (1980) a linguagem é uma forma já constituída na sociedade, e por isso, os discursos já se encontram circulando: No que se referem a Formações Discursivas, os enunciados não têm um sentido fixo, mas são determinados pelas formações discursivas que definem as condições de produção e recepção do discurso. Na visão Foucault, as constituições de saberes e de poderes não estão necessariamente influenciadas por fatores relacionados a classes sociais e nem mesmo por fatores econômicos.

La noción de ideología me parece difícilmente utilizable por tres razones. La primera es que, se quiera o no, está siempre en oposición virtual a algo que sería la verdad. Ahora bien, yo creo que el problema no está en hacer la partición entre lo que, en un discurso, evidencia la cientificidad y la verdad y lo que evidencia otra cosa, sino ver históricamente cómo se producen los efectos de verdad en el interior de los discursos que no son en sí mismos ni verdaderos ni falsos. Segundo inconveniente, es que se refiere, pienso, necesariamente a algo como a un sujeto. Y tercero, la ideología está en posición secundaria respecto a algo que debe funcionar para ella como infraestructura o determinante económico, material, etc. Por estas tres razones, creo que es una noción que no puede ser utilizada sin precaución. (Foucault, 1980, p. 181-2) (grifos nossos)

Concernente ao discurso e ao poder, Michel Foucault (1980), como Pêcheux, está interessado no papel do discurso, mas sua abordagem se concentra na relação entre discurso e poder em um sentido mais amplo. Foucault analisa como os discursos são construídos em torno de regimes de verdade e como eles estruturam a sociedade e os modos de pensar e agir. Para Foucault, o discurso não é apenas uma maneira de comunicar ideias, mas uma forma de exercício de poder. Ele investiga como certos discursos se tornam dominantes em uma sociedade e como eles impõem normas, controlam comportamentos e moldam subjetividades.

O poder está presente em todas as relações sociais e permeia os discursos, estabelecendo o que pode ser dito e o que deve ser silenciado. Foucault explora como os discursos emergem historicamente e se relacionam com instituições (escolas, prisões, hospitais) para criar regimes de verdade que definem o que é considerado válido ou inválido. A linguagem, então, é uma ferramenta central para a criação e perpetuação de poder. Em se tratando de Sujeito e Subjetividade, ao contrário de Pêcheux, Foucault vê o sujeito não apenas como interpelado pela ideologia, mas como um efeito das relações de poder. A formação do sujeito é o resulta-

do da maneira como os discursos e as práticas sociais moldam a individualidade e a identidade.

Em relação à linguagem e poder, Mikhail Bakhtin (1995), por sua vez, traz uma visão diferente, focando menos na ideologia e poder e mais na natureza dialógica da linguagem. Sua teoria é profundamente social e cultural, enfatizando como o sentido é criado na interação entre diferentes vozes e discursos. O enunciado, compreendido como uma réplica do diálogo social, é a unidade de base da língua, trata-se de discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior. Ele é de natureza social, portanto ideológica. Ela não existe fora do contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social” (Bakhtin, 1995, p. 30). Assim, para Bakhtin, o significado de qualquer enunciado é sempre dialógico, ou seja, ele é formado em interação com outros discursos. Não há palavra ou enunciado que exista de forma isolada; os discursos estão sempre em relação com outras falas. A linguagem é, por definição, uma prática social, em que múltiplas vozes (ou “heteroglossia”) competem, interagem e influenciam o significado.

Na sua análise dos romances, Bakhtin (1995) introduz o conceito de polifonia, em que múltiplas vozes coexistem sem serem reduzidas a uma única verdade ou posição ideológica dominante. Isso reflete sua crença de que o discurso sempre incorpora múltiplas perspectivas e que o significado é sempre negociado no contexto social. Bakhtin (1995; 1997) também desenvolveu a ideia de carnavalização, que é a subversão temporária das hierarquias e normas sociais, frequentemente expressa em formas literárias ou culturais. Para ele, o carnaval permite a expressão de vozes que, em contextos normais, estariam silenciadas ou marginalizadas, o que mostra sua visão mais aberta e fluida das relações de poder em comparação com Pêcheux e Foucault.

Sobre Linguagem e Discurso, conforme Pêcheux (2000), a linguagem é dominada por formações discursivas e é profundamente determinada por ideologias. O sujeito é interpelado por essas formações e assume uma posição discursiva já definida pelas condições históricas e sociais. O discurso é um mecanismo de manutenção das relações de poder e das posições ideológicas. Para Foucault, a linguagem é um veículo de poder e controle. Foucault não se preocupa tanto com o sentido das palavras em si, mas com como os discursos emergem em regimes de verdade e servem para governar corpos e mentes. O discurso define o que pode ser dito e determina o que é verdadeiro ou falso dentro de um dado contexto histórico. De acordo com Bakhtin, a linguagem é essencialmente

dialógica e está sempre em movimento, o foco está na interação entre diferentes vozes e discursos, e o sentido emerge dessa interação. Assim, de acordo com o filósofo da interação, a linguagem é uma prática social em que as múltiplas vozes coexistem, competem e se entrelaçam.

Em se tratando de Poder e Ideologia, para Pêcheux (2000), o discurso é moldado pela ideologia; o poder está nas formações discursivas que determinam o que pode ser dito e como o sujeito é posicionado. O sujeito é passivo em relação à interpelação ideológica e ao controle das condições de produção discursiva. Conforme Foucault, o poder é omnipresente e opera através de redes de discurso que constituem regimes de verdade.

O sujeito é moldado pelas práticas discursivas e institucionais que o definem e o normalizam, mas pode também resistir e subverter o poder. Entretanto, para Bakhtin, o poder é mais difuso e fluido. Embora ele reconheça que as vozes dominantes influenciam os significados, ele vê o discurso como um campo de múltiplas interações, onde há espaço para resistência e subversão através da polifonia e da carnavalização.

De acordo com Pêcheux (2000), o sujeito é interpelado pela ideologia e sua posição no discurso é determinada pelas formações discursivas e ideológicas que operam sobre ele. Assim, para esse filósofo:

Naquilo que concerne à ideologia, corresponde ao fato de que os aparelhos ideológicos do estado são, por sua própria natureza plurais: eles não formam um bloco ou uma lista homogênea, mas existem dentro de relações de contradição-desigualdade-subordinação tais que suas propriedades regionais (sua especialização... nos domínios da religião, do conhecimento, da moral, do direito, da política, etc.) contribuem desigualmente para o desenvolvimento da luta ideológica entre as duas classes antagonistas, intervindo desigualmente na reprodução ou na transformação das condições de produção. (Pêcheux, 2000, p. 9)

Na perspectiva de Foucault, o sujeito é um produto das relações de poder e das práticas discursivas. A subjetividade é construída através das tecnologias de poder, mas Foucault vê a possibilidade de resistência e de novas formas de subjetividade emergirem a partir dessa relação com o poder. Para Bakhtin, o sujeito/ falante está em constante diálogo com outras vozes. Ele não é fixo ou determinado por uma ideologia dominante, mas está sempre em interação com diferentes discursos, podendo negociar e subverter significados em contextos sociais.

Em se tratando das diferenças, em poucas palavras, evidencia-se (a) Pêcheux foca no discurso como um instrumento de interpelação ideo-

lógica, controlado por formações discursivas que determinam o sentido e a posição do sujeito; (b) Foucault vê o discurso como uma forma de poder, em que regimes de verdade controlam o que é considerado conhecimento e o que é normal ou patológico; (c) Bakhtin aborda a linguagem como essencialmente dialógica e polifônica, em que o sentido é sempre negociado em interação, e o poder é mais fluido, permitindo a coexistência de múltiplas vozes. Essas três perspectivas oferecem diferentes maneiras de entender o papel da linguagem e do discurso na sociedade, cada uma destacando aspectos únicos da relação entre poder, ideologia, subjetividade e linguagem. A análise do uso do termo ‘doutor’ no Brasil, desde o contexto histórico colonial, revela transformações ligadas às estruturas sociais, políticas e culturais do país. Para essa análise, podemos considerar as abordagens teóricas de Michel Pêcheux, Michel Foucault e Mikhail Bakhtin, que oferecem perspectivas distintas sobre como o termo se insere no discurso, na ideologia e nas relações de poder.

Durante o período colonial, o Brasil possuía uma sociedade altamente hierarquizada e marcada pela concentração de poder nas mãos de poucas elites. O acesso à educação superior era restrito e a formação acadêmica se concentrava, inicialmente, na Europa. Com a criação das primeiras faculdades no Brasil (Faculdade de Direito) o título de “doutor” foi atribuído aos bacharéis em Direito por força do Decreto de Dom Pedro I, em 1827. Esse uso honorífico e não acadêmico do termo consolidou seu *status* como um símbolo de prestígio social e diferenciação, refletindo a estrutura elitista da época. Com o passar do tempo, o título passou a ser usado não apenas por advogados, mas também por médicos, engenheiros e outras profissões de prestígio. Essa prática se consolidou como uma forma de marcar *status* em uma sociedade profundamente desigual, em que o acesso à educação era um privilégio restrito às elites brancas.

Conforme Michel Pêcheux, o uso do termo “doutor” no Brasil seria analisado sob a perspectiva das formações discursivas e da interpelação ideológica. O sentido do termo “doutor” não é neutro; ele está imerso em condições históricas e sociais que determinam como ele é usado e o que ele significa. No Brasil, o título de “doutor” funciona como uma forma de interpelação de indivíduos, reforçando as hierarquias sociais e posicionando sujeitos dentro de uma estrutura ideológica.

No período colonial e pós-independência, o uso do título de “doutor” estabelecia uma distinção social clara entre a elite ‘estudada’ e a maioria da população que não tinha acesso à educação formal. Esse pro-

cesso reflete o que Pêcheux chamaria de interpelação do sujeito, em que os indivíduos são chamados a ocupar certas posições dentro das formações discursivas. O uso de “doutor” reforça a ideia de que o conhecimento e a autoridade estão vinculados a posições de poder. No contexto brasileiro, em que a educação sempre foi um privilégio, o título de ‘doutor’ se transformou em um marcador de classe, reproduzindo a ideologia dominante e perpetuando as desigualdades sociais.

Uma análise sob a ótica de Michel Foucault, considerando relações de poder e saber, oferece outra chave de leitura para o uso do termo “doutor”. Foucault argumenta que o saber está intrinsecamente ligado ao poder, e que instituições como a medicina, o direito e a academia (como um todo) desempenham papéis centrais na produção de conhecimento que legitimam formas de controle social.

No caso brasileiro, o título de “doutor” pode ser visto como uma tecnologia de poder, uma forma de exercer autoridade sobre outros. No século XIX, quando o termo começou a ser amplamente usado, a relação entre o saber (especialmente médico e jurídico) e o poder político e econômico se consolidou. O título de ‘doutor’ atribuído a advogados e médicos conferia a essas figuras não apenas reconhecimento acadêmico, mas autoridade social e política.

O termo servia para legitimar esses indivíduos como autoridades em suas respectivas áreas, conferindo-lhes poder sobre os corpos (no caso dos médicos) e sobre o funcionamento da justiça (no caso dos advogados). A perspectiva foucaultiana permitiria analisar como o título de “doutor” funciona para disciplinar os sujeitos dentro de uma sociedade, estabelecendo quem tem o direito de falar com autoridade. Foucault também investigaria como o uso de ‘doutor’ faz parte de um sistema mais amplo de controle e regulação social, em que o saber (seja ele médico, jurídico ou científico) é uma ferramenta de poder.

Entretanto, Mikhail Bakhtin, com seu conceito de dialogismo e heteroglossia, oferece uma análise mais voltada para as interações sociais e as múltiplas vozes que constituem o discurso. Para Bakhtin, o termo ‘doutor’ adquire diferentes significados conforme é usado por diferentes grupos sociais, em diferentes contextos históricos. Ele não é um termo estático, mas sim um signo ideologicamente saturado, que carrega consigo múltiplos sentidos e interpretações.

No Brasil, o termo “doutor” poderia ser analisado por Bakhtin como parte da heteroglossia social, ou seja, um discurso que circula por

diferentes camadas da sociedade com sentidos variados. No uso popular, ‘doutor’ pode ser uma forma de respeito ou deferência a uma figura de autoridade, mas também pode ser usado de forma irônica ou subversiva, refletindo o caráter dialógico da linguagem. Em um contexto de desigualdade social, chamar alguém de “doutor” pode tanto reforçar as hierarquias quanto subvertê-las, dependendo de quem está falando e em qual contexto.

Bakhtin veria o termo “doutor” como parte de um jogo de vozes, em que o sentido é constantemente negociado nas interações sociais. Diferentemente de Pêcheux, que veria o termo como parte de uma formação discursiva ideologicamente fixa, Bakhtin reconheceria a fluidez dos sentidos e como o título pode ser apropriado por diferentes grupos para fins diversos. Ele também se interessaria por como o uso do termo ‘doutor’ reflete as vozes em conflito dentro da sociedade brasileira, revelando tanto a deferência à autoridade quanto a resistência a ela.

Com base em Pêcheux pode-se ver o uso do termo ‘doutor’ como parte de um sistema de interpelação ideológica que posiciona os sujeitos dentro de uma hierarquia social, reforçando as desigualdades e as formações discursivas que estruturam a sociedade. Foucault, em se tratando de comparação, analisa o título como uma tecnologia de poder ligada à produção e legitimação do saber. O uso de “doutor” é um instrumento para disciplinar e controlar a sociedade, conferindo autoridade àqueles que detêm conhecimento técnico e ou científico, seja na medicina, no direito ou em outras áreas. Ainda estabelecendo comparação, Bakhtin, por sua vez, oferece uma perspectiva mais dinâmica e dialógica, considerando o uso do termo “doutor” como parte de uma heteroglossia social, em que múltiplos significados coexistem e são negociados nas interações discursivas. Ele foca na pluralidade de vozes e nos diferentes contextos em que o termo pode ser ressignificado.

#### **4. Considerações finais**

A interação entre diferentes correntes da Análise do Discurso evidencia um campo teórico heterogêneo e interdisciplinar, em que distintas abordagens oferecem olhares complementares sobre os modos de produção de sentido. A perspectiva francesa, com Pêcheux (1990), destaca o papel da ideologia e da memória discursiva na constituição dos sentidos, enquanto a abordagem anglo-saxônica, com Fairclough (2001) e van

Dijk (2008), enfoca o discurso como prática social, articulando linguagem, poder e cognição.

Foucault (1985; 1996), por sua vez, propõe compreender os discursos como práticas que produzem saberes e subjetividades em regimes de verdade historicamente situados, sendo amplamente dialogado tanto pela AD francesa quanto pelas análises críticas do discurso. Entretanto, Bakhtin (1997), com sua teoria do dialogismo, contribui com a compreensão da linguagem como processo interacional, polifônico e atravessado pela alteridade.

Essas contribuições teóricas, quando aplicadas à análise de práticas discursivas cotidianas, como o uso da forma de tratamento “doutor” no Brasil, revelam dimensões simbólicas e ideológicas que ultrapassam a mera questão de titulação acadêmica. O título “doutor”, historicamente ligado ao saber científico e à autoridade acadêmica, tornou-se, no contexto brasileiro, um marcador de prestígio social, independente de qualquer diploma ou defesa de tese. A despeito das normativas institucionais que tentam resgatar seu valor acadêmico (Brasil, 2018), a força do uso social – carregado de representações, expectativas e jogos de poder – conferiu-lhe uma autonomia semântica, transformando-o em um signo de distinção legitimado pelo hábito e pelo reconhecimento simbólico.

Dessa forma, conclui-se que o termo “doutor” caminha com desenvoltura entre o prestígio e o simulacro, transitando livremente por hospitais, fóruns e repartições públicas. O título passa a funcionar como uma espécie de “honoris causa popular”, legitimado não por diplomas, mas pela aparência de autoridade, respeito ou importância atribuída socialmente ao indivíduo.

Assim, à luz das diversas correntes da Análise do Discurso, compreende-se que essa prática discursiva se sustenta não apenas em convenções linguísticas, mas também em processos ideológicos, históricos e relacionais – o que, de certo modo, revela que, no Brasil, o doutorado mais reconhecido talvez não seja o que exige banca, tese e anos de pesquisa, mas aquele outorgado pelo simples ato de parecer importante. Afinal, como diria certo senso comum: se todos chamam, então deve ser verdade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 3. ed. revista, atualizada e ampliada. Brasília, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019*. Brasília, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. de Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

\_\_\_\_\_. Poder y estrategia. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica del poder*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1980.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Magnólia Costa. Petrópolis: Vozes, 2008.

GRICE, H. Paul. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (Orgs). *Syntax and semantics*, v. 3: *Speech acts*. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KIMINAMI, Aline Yuri; SANTOS, Katia Roseane Cortez dos. Uma análise da forma de tratamento “doutor” no contexto da canção *Doutor, sim senhor!*. *Revista Trama*, v. 18, n. 44, p. 83-92, 2022.

PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso*. Trad. de Eni Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. *Análise automática do discurso*. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. Trad. de Maria Rita Gregolin. Mimeo, 2000.

REICHMANN, Tinka; VASCONCELOS, Beatriz Ávila. “Seu Dotô” / Herr Doktor: aspectos históricos e linguísticos do tratamento de Doutor e as consequências para a tradução. *Pandaemonium Germanicum*, v. 13, p. 146-70, 2009. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlm/alemao/pandaemoniumgermanicum>. Acesso em: [inserir data de acesso].

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. Trad. de Pedro de Souza. São Paulo: Contexto, 2008.

Outra fonte:

CAPES. *Resultados da avaliação da Capes revelam que pós-graduação teve crescimento de 23% no triênio*, 2014. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/6689-resultados-da-avaliacao-da-capes-revelam-que-pos-graduacao-teve-crescimento-de-23-no-trienio>. Acesso em: 24 abr. 2016.